

## O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS

### Autor(res)

Vamberth Soares De Sousa Lima  
Suellen Campos Pedroso  
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

### Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

### Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE RIBEIRÃO DAS NEVES

### Introdução

O avanço das novas tecnologias, como a internet, a inteligência artificial e o big data, trouxe profundas transformações na sociedade e impactou diretamente o Direito. A relação entre tecnologia e Direito é cada vez mais próxima, exigindo adaptações legislativas e novas interpretações jurídicas para lidar com temas inéditos, como a proteção de dados pessoais, crimes cibernéticos e responsabilidade por atos praticados em ambientes digitais. A sociedade conectada demanda que o Direito atue de forma dinâmica e proativa, garantindo a proteção dos direitos fundamentais, a segurança das relações jurídicas e a promoção da inovação tecnológica de forma ética e segura. Nesse contexto, surgem novos campos de estudo e atuação, exigindo dos profissionais do Direito um constante aprimoramento diante das mudanças rápidas e complexas que as tecnologias impõem.

### Objetivo

Analizar a influência das novas tecnologias no Direito, destacando os principais desafios e as respostas legislativas recentes no Brasil.

### Material e Métodos

A pesquisa baseou-se em análise documental e bibliográfica, consultando legislações vigentes, como a Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018) e o Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014). Também foram utilizadas obras acadêmicas de referência, como 'Direito Digital' de Patrícia Peck, que discute a necessidade de atualização jurídica diante do avanço tecnológico. A metodologia adotada é qualitativa e exploratória, com foco em identificar como o ordenamento jurídico brasileiro tem se estruturado para responder às transformações digitais, abordando temas como proteção de dados pessoais, crimes virtuais e regulamentação da inteligência artificial.

### Resultados e Discussão

Constatou-se que o Direito brasileiro vem se modernizando para acompanhar os impactos das novas tecnologias. A criação da LGPD representa um marco importante na proteção de dados pessoais, influenciada pelo Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados (GDPR) da União Europeia. O Marco Civil da Internet também trouxe diretrizes importantes sobre direitos e deveres na utilização da rede. Contudo, a velocidade das inovações supera a capacidade legislativa, gerando lacunas jurídicas, principalmente em temas como inteligência artificial,

deepfakes e blockchain. Assim, o debate sobre ética digital, responsabilidade civil por danos causados por algoritmos e o equilíbrio entre inovação e proteção de direitos fundamentais tornam-se cada vez mais centrais no campo jurídico.

### Conclusão

O Direito enfrenta o desafio de se atualizar continuamente diante das novas tecnologias, buscando equilibrar a inovação com a proteção dos direitos individuais. A criação de novas leis e a interpretação dinâmica das normas existentes são caminhos necessários para garantir segurança jurídica em um ambiente em constante transformação.

### Referências

- BRASIL. Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014. Marco Civil da Internet. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l12965.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- BRASIL. Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/l13709.htm)>. Acesso em: 27 abr. 2025.
- PECK, Patrícia. Direito Digital. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2021.
- PINHEIRO, Patrícia. Direito e Tecnologia: o impacto das novas tecnologias no campo jurídico. Revista de Direito, Estado e Telecomunicações, v. 13, n. 1, p. 9-31, 2021.